



PROTOCOLO	583265/2017
INTERESSADO	C. P. LTDA CNPJ: 10.602.542/0001-98
ASSUNTO	COBRANÇA DE ANUIDADES
<b>DELIBERAÇÃO Nº 008/2022 - CEP-CAU/RS</b>	

A COMISSÃO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL - CEP-CAU/RS, reunida ordinariamente por meio de videoconferência, no dia 7 de fevereiro de 2022, no uso das competências que lhe confere o art. 95 do Regimento Interno do CAU/RS, após análise do assunto em epígrafe;

Considerando o recebimento do protocolo nº 583265/2017, enviado pela Gerência Financeira, solicitando que esta Comissão delibere sobre a obrigatoriedade de registro da Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 10.602.542/0001-98;

Considerando a Resolução CAU/BR nº 28, de 2012, que dispõe sobre o registro de pessoas jurídicas prestadoras de serviços de Arquitetura e Urbanismo no CAU, bem como estabelece as condições e requisitos para registro no CAU;

Considerando que a empresa denominada C. P. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.602.542/0001-98, encaminhou registro ativo no CREA, com todas as anuidades pagas desde de 2008, e com o registro dos respectivos responsáveis técnicos engenheiros civis junto ao seu conselho fiscalizador, CREA/RS;

Considerando que a empresa está registrada na receita federal para “Construção de Edifícios”, “Incorporação de empreendimentos imobiliários”, “Obras de terraplanagem”, “Outras atividades de prestação de serviço de informação não especificadas anteriormente” e “compra e venda de imóveis próprios”;

Considerando a Deliberação Plenária DPO/RS nº 1098/2019, que “Homologa relatório do comitê de PJ, que estabelece os procedimentos quanto do julgamento de processos de Pessoas Jurídicas do CAU/RS” que diz, em seu anexo:

*3) Qual o entendimento do Comitê sobre a manutenção do registro de empresas que exerçam atividades compartilhadas com outras profissões, que tiveram registro em outro Conselho e estão devendo anuidades para o CAU/RS?*

*O CAU deverá isentar as anuidades da empresa que coincidirem com o período de registro no CREA. A cobrança pelo CAU/RS será feita apenas para os períodos em que a empresa não esteve registrada no CREA. Deve-se analisar a existência de responsável técnico anotado. Caso a empresa não tenha um RT, a ocorrência deve ser enviada para a Unidade de Fiscalização para notificação.*



*7) Qual o entendimento do Comitê quanto a obrigatoriedade de registro no CAU de empresas que tenham em seu objeto social apenas atividade de incorporação de empreendimentos imobiliários? Com relação a atividade de "Incorporação de Empreendimentos Imobiliários", a CEP-CAU/BR deixou claro, em sua Deliberação nº 092/2018, que esta atividade é o conjunto de atividades com a finalidade de promover a construção e comercialização de uma edificação ou um conjunto de edificações e que se a pessoa jurídica tiver em seu objetivo social apenas a atividade de "Incorporação Imobiliária" não estão obrigadas a ter o registro no CAU, ou seja, não se caracterizam como empresas prestadoras de serviços de arquitetura e urbanismo.*

Considerando a Deliberação Nº 092/2018 - CEP-CAU/BR, que responde sobre a obrigatoriedade ou não de registro no CAU de empresas que contém em seus objetivos sociais os serviços de "incorporação imobiliária", dizendo:

"3 - Esclarecer que as Pessoas Jurídicas que tenham por objetivo social apenas a "incorporação imobiliária" **não** estão obrigadas a registro nos CAU/UF e **não** se caracterizam como empresas prestadoras de serviços de Arquitetura e Urbanismo, nos termos da Lei n º 12.378/2010 e Resolução CAU/BR nº 28/2012;"

**DELIBEROU:**

1. Por anular a cobrança de anuidade da Pessoa Jurídica denominada C. P. LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 10.602.542/0001-98, nos anos que coincidirem com o período de registro no CREA, e que seja dado baixa de ofício desta empresa junto ao CAU/RS;
2. Por encaminhar essa decisão à Gerência Financeira do CAU/RS e, após, à unidade de Pessoa Jurídica do CAU/RS, para que sejam tomadas as devidas providências para cumprimento desta Deliberação; e
3. Por encaminhar a presente Deliberação à Presidência do CAU/RS para, nos termos do art. 116, do Regimento Interno do CAU/RS, submetê-la ao Plenário deste Conselho para conhecimento.

Porto Alegre - RS, 7 de fevereiro de 2022.

Acompanhada dos votos dos conselheiros Carlos Eduardo Mesquita Pedone, Rafael Artico e Patrícia Lopes Silva, atesto a veracidade das informações aqui apresentadas.

**Andréa Larruscahim Hamilton Ilha**  
Coordenadora da Comissão de Exercício Profissional